

# Duas visões da economia

ROQUE SPENCER  
MACIEL DE BARROS

Qual seria a atitude típica daqueles que, provisoriamente, vamos designando como de esquerda e de direita "ideais" — nomes que se vão mostrando, com o prosseguir da análise, cada vez menos significativos, por não sugerir, em si mesmos, coisa alguma — qual seria a atitude típica de uns e de outros em face da economia e dos problemas econômicos?

Começando pelo que se designou, até aqui, como direita (embora ideal), caracterizando o tipo que reconhece que o real tem suas próprias leis, que não estão em poder do homem e, portanto, resiste aos assédios e ataques humanos, a sua atitude, no domínio econômico, será, como na política, extremamente cautelosa. O representante desse tipo ideal sabe que uma intervenção qualquer, que violento o que poderíamos chamar as leis naturais da vida econômica, traria em consequência não os resultados desejados e postos pela vontade, mas quase certamente (e o quase vai por conta da incerteza, que nem as ciências exatas eliminam) danos, muito diversos, geralmente opostos aos pretendidos. Isto não quer dizer, de maneira alguma, que renuncie a intervir: a própria vida civilizada impõe intervenções, a começar daquelas que se organizam como direitos, sem os quais cada um se acharia semior de fazer o que bem entendesse, tornando a convivência social harmônica praticamente impossível. Um pensador profundamente interessado na vida econômica como foi Hobbes, a ponto de Bertrand de Jouvenel poder dizer — e como razão — que foi ele o inventor da idéia do homo oeconomicus (De la Souveraineté, Ed. Génin, Librairie de Médicis, 1955, p. 304), preocupado em buscar o seu próprio bem, a sua "liberdade hedonista", não defende a idéia de um aparelho político absoluto senão como algo necessário à convivência de interesses distintos, sem que os homens se entredesruam, como lobos uns dos outros. Impondo o temor e afastando a possibilidade de que a liberdade se extravia por vias nocivas e anti-sociais, o poder político absoluto permite, para Hobbes, que os homens façam o que desejam, "exceto somente o que é explicitamente proibido. A autoridade repressiva condiciona a liberdade hedonista" (idem, p. 307. Cf. também nosso ensaio O pensamento político de Kant, Revista Brasileira de Filosofia, n.º 126, 1982, especialmente pp. 210/2). A falta daquela "mão invisível", de que iria falar Adam Smith, capaz de disciplinar automaticamente a vida econômica, sem intervenções políticas forçadas, Hobbes faz apelo ao autoritarismo político, precisamente para garantir a liberdade econômica e não para destruí-la. Esse, aliás, é o limite da legitimidade do Leviatã.

Diferentemente de Hobbes, pois partidários de um direito natural que justificaria o poder político, da mesma forma que ele, entretanto, os fisiocratas, independentemente de suas peculiares teorias sobre as classes produtivas e improdutivas, afirmavam, como condição do gozo da propriedade e da liberdade econômica (são eles os entusiastas por excelência do laissez-faire)

a necessidade de uma autoridade forte e indivisa, uma espécie de "despotismo legal". Quesnay começa as suas Máximas Gerais de um Reino Agrícola dizendo: "Que a autoridade soberana seja única e superior a todos os indivíduos da sociedade e a todas as empresas injustas dos interesses particulares". Dupont de Nemours, reafirmando a ordem natural, no direito e na economia, exige também, ao contrário da divisão liberal dos poderes, à moda inglesa ou à de Montesquieu, sua unificação "numa autoridade tutelar que vale por todos, enquanto cada um se dedica a seus negócios". O Poder Legislativo é tão-somente o autor de leis positivas que não podem ser mais do que "atos declaratórios" das leis naturais e deve ser exercido pelo próprio Poder Executivo. A unificação da autoridade (excluído o Judiciário), essa espécie de "ditadura justa", é o antídoto contra a anarquia, já que a existência de várias autoridades no Estado, contrapostas, solaparia, para ele, a noção mesma de autoridade (cf. Les Fisiocrates, seleção de textos organizada por Rosa Cusminsky de Cendrero, Centro Editor de América Latina, 1987, p. 25, 46, 110/1).

Em outras palavras, seja para permitir ao homem o gozo da "liberdade hedonista", que é uma aspiração sua, mas não um direito, que só a instituição do Estado cria e garante (opinião de Hobbes), seja para assegurar o gozo de direitos naturais inalienáveis — liberdade e propriedade —, caso dos fisiocratas, se fortalece o poder político para "despolitizar" inteiramente a economia.

Só com Adam Smith se compatibilizariam as idéias de uma economia praticamente despolitizada, na qual o Estado poderia intervir subsidiariamente — e nunca para restringir o "livre jogo natural", mas para auxiliá-lo —, e de uma política obediente às mesmas regras de liberdade que as reclamadas no campo econômico. É só com a obra de Smith, aliás, que se unem duas vertentes separadas do liberalismo: o econômico, de Hobbes e dos fisiocratas, e o político (incluindo o religioso, originário do Renascimento e da Reforma), cristalizado a partir de Locke e de Montesquieu.

Falando da "direita ideal", chegamos ao liberalismo econômico. Este, seja na sua expressão extremada do laissez-faire, que sempre foi mais uma idéia do que uma realidade, pois intervenções sempre houve, seja na sua versão moderna, neoliberal, que admite e estimula as intervenções, desde que livremente consentidas, conforme exigia a Agenda do colóquio Walter Lippmann (cf. Louis Baudin, El Alba de um Nuevo Liberalismo, trad. esp., Fomento de Cultura, Valencia, s/data, p. p. 195/209). Consentidas e "conformes", de acordo com a distinção rigorosa de W. Röpke: "são intervenções conformes as que respeitam a mecânica dos preços e a auto-regulação do mercado realizada graças a ela (...) desconformes, em troca, aquelas que paralisam a mecânica dos preços e requerem, portanto, a implantação de uma ordem planificada" (cf. La Crisis Social de Nuestro Tiempo, trad. esp., Revista de Occidente, Madrid, 1956, p. p. 204/5).

Vê-se que se trata, à medida do possível, de despolitizar a economia, de intervir com o máximo de cautela, a

fim de não transformar os mecanismos delicados, extremamente complexos e de variedade praticamente infinita do mercado, cujos dados nem o mais aperfeiçoado dos computadores poderia controlar, numa espécie de "relógio desarranjado" que, em lugar de marcar as horas e os minutos, de acordo com o dia solar, marcá-los-ia segundo o desejo do desastrado "relojoeiro interventor". É claro que, sendo desiguais os indivíduos e as situações, a sorte, o acaso, a circunstância etc., os atores do jogo econômico irão obter resultados diferentes com suas ações — o que é, aliás, natural, mesmo porque, entre outras coisas, alguns homens estarão mais e outros menos interessados especificamente nos valores econômicos. A liberdade das ações, que comporta sempre riscos, produz resultados diferentes, desiguais e frequentemente imprevisíveis — e a atuação política, para atenuar desigualdades e resultados desastrosos, há de ser restrita e cautelosa, de acordo com essa posição, até mesmo por receio de causar males imprevistos, muito maiores do que os que pretendesse corrigir. Apenas, visando a essa correção — citemos o item 4 da Agenda neoliberal —, admite-se que uma parte da renda nacional possa ser subtraída ao consumo, para tender a fins sociais, não econômicos, desde que isso se faça em plena luz, "transparentemente", como hoje é moda dizer.

Poder-se-ia acentuar que essa impropiamente chamada "direita" (que defende tais princípios à medida que preconiza a evolução em lugar da revolução, ora reformando, ora conservando, seguindo, pragmaticamente, mais o bom senso e o exequível do que princípios ideológicos ou o inverossímil, que procura despolitizar, ou pelo menos "desideologizar", a economia, trazendo-a para o terreno da eficácia), poder-se-ia acentuar que ela trata de estimular a política propriamente dita, como a área do conflito e de suas eventuais soluções. Cidadãos independentes, e independentes até do Estado, naturalmente discordam, têm interesses, opiniões e valores diferentes, o que os põe em conflito. E, da perspectiva que estamos examinando, não se há de eliminar, "de fora e à força", o conflito, mas permitir que ele se manifeste, de maneira civilizada, nos vários domínios da sociedade, ficando o poder político como uma instância tanto quanto possível conciliadora e pouco interventora, garantindo uma ordem jurídica consistente e consentida, no quadro da qual os conflitos se desenvolverão e a harmonia, o equilíbrio e a concórdia possam ser encontrados.

Essa "direita ideal", que não quer ver, de forma alguma, a economia politizada, isto é, dirigida pelo poder político institucionalizado (o Estado), quer, entretanto, que a sociedade toda se envolva na política, com os indivíduos e os grupos afirmando suas idéias, convicções e interesses e tratando de resolver, em primeira instância, diretamente os seus conflitos, ficando para o poder público, dentro de uma ordem jurídica clara, conhecida e consentida, a solução deles, em última instância.

Que teria a dizer, por sua vez, no que concerne à ordem econômica, a também provisoriamente chamada "esquerda"? Vê-lo-emos no próximo artigo.